



Ata da Segunda Rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina

Pauta: Realização da *segunda rodada* de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina, na **Área Territorial de Alto Garcia**. A Oficina Territorial ocorreu no dia 10 de maio de 2023, de modo presencial, no Salão Comunitário da Igreja de São Marcos, no bairro de Alto Garcia Garcia. O objetivo dessa rodada de Oficinas Territoriais é apresentar os principais eixos e diretrizes do Plano Diretor Participativo de Angelina que foram elaborados a partir da Leitura da Cidade.

Redação da Ata: Juliana de Godoy e Marlucci Lenhard - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Nathália Sander- Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Apresentação

Sr. Michael Soares, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura de Angelina (SC) inicia a Oficina Territorial às 18:55. Faz a apresentação inicial, afirmando que ele e o sr. Adnei fazem parte da equipe técnica da Prefeitura e cumprimenta todos os presentes. Fala sobre a importância da Revisão do Plano Diretor, que vai beneficiar a todos até daqui a dez anos quando houver uma nova revisão. Fala sobre a importância da presença da população, agradece a presença de todos.

Sr. Adnei afirma que o Sr. Valter gostaria de ter comparecido, já que é o fiscal da Prefeitura, mas que não foi possível por outros compromissos na Prefeitura.

Professor Samuel Steiner sugere uma oficina cuja dinâmica seja mais de conversa do que propriamente uma apresentação. Prof. Samuel afirma que a ideia é dar continuidade a partir da Primeira Oficina realizada em dois mil e vinte e dois e pergunta então o nome de um dos participantes.

Sr. Raulino se apresenta e afirma que veio morar desde setembro de dois mil e vinte e dois em Alto Garcia, e que em novembro não pode comparecer à primeira rodada de oficinas porque tinha compromisso.

Prof. Samuel pergunta se o sr. Raulino já conhece o local e se já mora ali há bastante tempo.



Sr. Raulino afirma que é morador desde setembro mas que é sitiante e que casou aqui, que a esposa é daqui há aproximadamente vinte e oito anos.

Prof. Samuel pergunta então se a Sra. Rosimeri, participante da oficina, é moradora da região e pede a confirmação se ela trabalha como agente de saúde.

Sra. Rosimeri afirma que mora desde que nasceu no Alto Garcia e trabalha há vinte anos como agente de saúde.

Prof. Samuel afirma que a primeira rodada foi feita em novembro em cinco reuniões: no Garcia, no Alto Garcia, no Centro, no Rio Novo e na Barra Clara. Afirma que a primeira reunião foi realizada para levantar problemas e qualidades que tem a ver com o Plano Diretor, que o instrumento que tenta organizar o crescimento da cidade, o que pode ser construído e o que não pode ser construído, onde são as prioridades de crescimento do sistema viário, entre outros. Afirma que para fazer isso é preciso entender o que está se passando. E esse foi o papel das primeiras oficinas.

Prof. Samuel afirma também que a equipe da UFSC junto à equipe da Prefeitura levantou informações, dados sobre a situação do município, como questão econômica, social e ocupação do território. Afirma que nesta oficina a ideia é apresentar o conteúdo inicial de um Plano Diretor, quais são as diretrizes e os elementos mais estruturantes. Prof. Samuel fala que o Plano Diretor é um documento complexo, que trata desde recuos de construção, que são detalhes, mas que agora é preciso saber quais são as grandes questões a serem resolvidas, como sobre o crescimento do município.

Prof. Samuel afirma que as leituras foram feitas com base na leitura da comunidade e da leitura técnica da cidade. A reunião de hoje é para apresentar os resultados em relação à leitura da cidade em relação às questões que o Plano Diretor pode resolver. Afirma também que o município passou há pouco tempo por situações de enchentes e escorregamentos que são efeitos de um município cuja característica é ter muitos morros, o que é uma dificuldade e que deve ser encontradas as melhores áreas de ocupação para evitar áreas de risco de ocupação. Prof. Samuel afirma que a ideia de hoje é apresentar o conjunto de elementos que a equipe imagina que seja uma forma de resolver parte dos problemas levantados em novembro com a população. Afirma que a partir das reuniões da segunda oficina e das diretrizes propostas a segunda etapa será de propostas mais consolidadas. Afirma que se tudo der certo, em Julho já haverá a versão completa do Plano Diretor. Prof. Samuel afirma que para isso é



preciso primeiro chegar a um acordo com a população para depois desenvolver o plano detalhado.

Prof. Samuel afirma que irá iniciar a apresentação e afirma que os participantes podem colocar dúvidas, sugestões e críticas a qualquer momento. Afirma que o sr. Dauri, que é presidente do Conselho Territorial, está acompanhando todas as oficinas. Prof. Samuel afirma que depois das discussões das oficinas é o Conselho que irá definir e consolidar as propostas, que a equipe está ajudando a elaborar, mas quem define o conteúdo é o Conselho. Pergunta então se cada localidade do Conselho e se a sra. Rosimeri é a representante.

Sra. Rosimeri afirma que não é ela e que o representante é o André,

Sr. Raulino afirma que o André não compareceu porque tinha uma prova da faculdade.

Prof. Samuel inicia a apresentação com o cronograma das oficinas. Sr. Raulino questiona se será feita uma nova oficina no Garcia. Prof. Samuel afirma que lá foi em novembro, perguntando se Sr. Raulino participou, e responde que o que foi feito no Garcia foi a audiência pública sobre a Leitura da Cidade, que é a apresentação do diagnóstico.

Prof. Samuel mostra a imagem com as localidades que são onde são realizadas as oficinas. Prof. Samuel apresenta as etapas, afirmando que a elaboração do plano está na etapa três, segunda rodada de oficinas nas comunidades, e que já foram passadas as fases de leitura e diagnóstico. Prof. Samuel afirma que na sequência será elaborada a versão preliminar do plano que será enviado para consulta pública. Afirma que será disponibilizada online a proposta para leitura da população para a consulta pública. Na sequência será realizada a conferência pública do Plano Diretor onde todos têm direito a comentar mas só o conselho tem direito a voto. Prof. Samuel afirma que nem todas as solicitações poderão ser abordadas no Plano, ou por ir contra a lei ou pela população não concordar. Prof. Samuel comenta que a proposta completa do Plano Diretor será disponibilizada em julho online e em cópias físicas para todos terem acesso. Afirma que depois a proposta irá para conferência pública, em uma reunião provavelmente no Centro, pois não é possível fazer em todas as localidades. Prof. Samuel fala que serão lidos cada um dos artigos e todos poderão comentar, mas apenas o Conselho terá direito a voto. Prof. Samuel explica que depois de aprovada a versão final irá para a Câmara de Vereadores.



Sr. Adnei pergunta se a proposta estará disponível em junho ou julho.

Prof. Samuel afirma que será disponibilizada em julho, por duas semanas para a população poder ler o documento.

Sr. Adnei afirma que já foi questionado a respeito de como o documento será disponibilizado e que afirmou que provavelmente será no Instagram e no Facebook.

Prof. Samuel afirma que será possível deixar cópia física na Prefeitura e em algumas localidades.

Prof. Samuel mostra fotos das oficinas anteriores e afirma que esta é a sétima oficina de dez a serem realizadas, e que já teve reunião com o Conselho e com a Prefeitura. Afirma que foi realizada uma pesquisa através de um questionário à população. Prof. Samuel afirma que gostaria que as oficinas estivessem cheias, mas que estão trabalhando com a participação que aparece. Mostra a foto da primeira oficina que ocorreu no Alto Garcia e afirma que havia quase trinta pessoas na ocasião. Mostra as demandas da oficina territorial do Alto Garcia, realizada em dezessete de novembro de dois mil e vinte e dois, e o que foi apontado como aspectos positivos e aspectos negativos. Afirma que nem todas as demandas o Plano Diretor consegue resolver.

Prof. Samuel mostra a síntese da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária e afirma que todos os documentos estão disponíveis no site participaangelina.com.br no link biblioteca, incluindo a Leitura Técnica e a Leitura Comunitária. Afirma que a síntese é a tentativa de juntar o resultado da Leitura Comunitária e da Leitura Técnica e que foi observado que houve muitas convergências.

Na sequência, o prof. Samuel mostra a síntese dos problemas possíveis do Plano Diretor abordar, entre as questões abordadas na Leitura Técnica e Comunitária. Prof. Samuel fala sobre a metodologia adotada para sistematizar os documentos. Fala sobre a regularização fundiária que é um problema em mais de um território do município, como no Garcia, e que não é possível haver regularização em todos.

Adnei afirma que no Coqueiros também está ocorrendo problemas com regularização.

Prof. Samuel afirma que irá tocar no problema de Coqueiros. Afirma que o problema com esse tipo de ocupação é que a população começa a morar relativamente distante do núcleo e que depois a Prefeitura precisa regularizar essas ocupações e demarcar um novo perímetro urbano e levar infraestrutura, o que se torna caro para a Prefeitura.



Sr. Raulino afirma que hoje se solicita que haja asfalto no Alto Garcia, mas que não há demanda.

Prof. Samuel afirma que é um problema se começar a haver loteamento em cada “pedacinho” da cidade.

Sr. Adnei afirma que o que se percebe é que existem muitos loteamentos rurais irregulares, com áreas abaixo do módulo rural, que hoje é dois hectares, mas que até três meses eram três hectares. Afirma que é uma questão que pode gerar problemas futuros relacionados a esgoto e água.

Prof. Samuel afirma que por haver concentração de pessoas começa a se produzir mais lixo, mais esgoto, começa a demandar escolas.

Sr. Raulino afirma que são sitiantes mas que podem vir morar.

Prof. Samuel mostra os problemas levantados quanto às dimensões ambientais, como desmatamento, descaracterização das bordas de rio, o que impacta em enchentes e assoreamento do rio, impacto das PCHs, sobre a questão da infraestrutura, transporte público, além da distribuição de equipamentos públicos. Prof. Samuel afirma que não é possível construir muitos postos de saúde e muitas escolas, que deve haver uma “lógica boa” para saber onde há mais população que ainda não tem acesso à infraestrutura. Prof. Samuel afirma que identificar os problemas é metade da resposta, e que deve-se agora saber como enfrentar esses problemas.

A partir das questões Prof. Samuel afirma que foram elaboradas diretrizes com base nas causas de cada um dos dezessete problemas. Prof. Samuel afirma que foram elencados os problemas e verificadas as causas, e depois foram elencadas diretrizes, sendo que uma diretriz pode tentar resolver mais de um problema. Dá o exemplo da irregularidade, que pode ter várias diretrizes para ser enfrentada.

Sr. Raulino afirma que o Centro é mais complicado para ampliar loteamentos e que talvez a linha dos Chaves possa ser melhor, e que onde está o convento das freiras pode haver mas existe o rio.

Prof. Samuel afirma que sobre a irregularidade fundiária, às vezes o Plano Diretor exige muito, como lotes de quatrocentos e cinquenta metros, que pode se tornar caro.

Sr. Raulino pergunta de quanto é o mínimo hoje em relação aos lotes.



Prof. Samuel responde que é de trezentos e sessenta, e que será uma questão a ser abordada, já que as pessoas podem buscar terrenos baratos mas serão irregulares. Afirma que tem várias formas de resolver esse problema.

Prof. Samuel demonstra que a equipe chegou em vinte e quatro diretrizes e mais quinze que o Plano Diretor não resolve, como o saneamento, que tem a ver com Plano Municipal de Saneamento Básico e investimento da Casan. Mas afirma que o Plano Diretor pode dar diretrizes e pode identificar as áreas que seriam prioritárias para receber saneamento. Foram separadas em diretrizes que o Plano consegue encaminhar e as que serão apenas abordadas pois dependerão do âmbito político.

Prof. Samuel mostra os eixos estruturantes das diretrizes propostas. Afirma que em relação às Centralidades e à distribuição dos equipamentos foram levantadas localidades que têm maior possibilidade de oferecer acesso a uma população maior. Afirma que Angelina tem um território grande de aproximadamente quinhentos metros quadrados e que a população é pequena, de aproximadamente cinco mil e quinhentos habitantes. Afirma que por ser muito distribuído o território não tem como colocar uma escola em cada localidade.

Sobre o segundo tema, que é planejamento da expansão urbana, o prof. Samuel afirma que o crescimento foi pequeno, de aproximadamente duzentos e cinquenta pessoas entre dois mil e dez e dois mil e vinte e dois, e que não haverá tanto crescimento.

Sr. Raulino pergunta de quanto era a população na década de oitenta, se era de sete mil habitantes.

Prof. Samuel afirma que era de sete mil e que a partir da década de oitenta começou a perder população. Afirma que este último Censo demonstrou um crescimento de cinco por cento nos últimos doze anos, que segundo ele é “pequénissem”.

Sra. Rosimeri afirma que com a pandemia a população cresceu, que muita gente veio morar em Angelina, e que os agentes de saúde fizeram o Censo, solicitado pelo IBGE. Afirma que ela pegou a própria área para o levantamento e um pouco de uma outra área, e que a divisão do IBGE é diferente da do município. Afirma que por terem solicitado aos agentes de saúde o levantamento foi bem mais completo por conhecerem todo o lugar.



Prof. Samuel então afirma que o planejamento da expansão urbana não é porque a cidade vai crescer muito.

Sr. Raulino afirma que a cidade só cresce se houver indústria.

Prof. Samuel afirma que hoje o perímetro urbano está delimitado de forma um pouco equivocada e que foi feita uma nova leitura para um novo perímetro urbano, especialmente em Barra Clara, Garcia, Centro e Rio Novo. Afirma que são as áreas que se houver necessidade de crescimento, seriam as áreas mais propícias, menos sujeitas a riscos.

Na sequência, o outro tema abordado por Prof. Samuel é a relação à regularização fundiária. Afirma que há situações que não são problemáticas a resolver, e que tem situações que são mais complexas, como em áreas rurais, como loteamentos que não estão ocupados. Fala que não há recursos para que haja regularização em todas as áreas que hoje têm loteamentos irregulares e que o município não tem condições de urbanizar todas essas áreas.

Sr. Dauri afirma que apareceu a demanda também no Alto Garcia que é de regularizar as áreas ocupadas por sitiantes, e que o módulo rural é de dois hectares.

Sr. Raulino afirma que participou de algumas reuniões em outros municípios sobre áreas rurais e loteamentos rurais que já estavam construídos em dois mil e catorze e que as prefeituras instituíram que os donos das glebas que venderam os lotes irregulares são os responsáveis pela infraestrutura e urbanização desses loteamentos. Afirma que ao final a prefeitura recebe IPTU. Afirma que o INCRA não quer que a terra rural seja parcelada para ser urbanizada, que deve seguir sua vocação rural, mas que mesmo assim conseguiram parcelar. Afirma que participou de outros casos, como do Alto da Boa Vista em Rancho Queimado e de outro famoso, que é o Costa da Serra. Afirma que Rancho Queimado tem cinquenta e três condomínios rurais e que vinte e oito ou trinta e dois estão regularizados.

Prof. Samuel pergunta ao sr. Raulino se é condomínio rural ou loteamento.

O Sr. Raulino afirma que são condomínios. Afirma que neste Plano Diretor, Rancho Queimado coloca que é possível fazer condomínio rural e que ele não sabe afirmar como é ao certo. Afirma também que Nova Trento e Itajaí têm a exigência de dois mil metros quadrados para condomínios rurais, e que sem cobrar IPTU.



Prof. Samuel afirma que a forma de condomínio é por fração ideal, um pedaço, que cada pessoa tem uma cota sobre a área, que é uma única matrícula.

Sr. Raulino afirma que esses proprietários conseguiram individualizar os registros e que foram transformados em lotes urbanos e que foram demarcados como perímetro urbano.

Prof. Samuel afirma que existem outros custos da Prefeitura em relação ao loteamento que estão além da infraestrutura, como escolas, transporte escolar, médicos. Afirma que a questão não é dificultar para as pessoas.

Sr. Raulino afirma que essas áreas já tinham características urbanas, e que já eram ocupadas, por isso foram modificadas. E que no caso de Angelina essas áreas passariam por uma avaliação da equipe da prefeitura.

O quarto eixo apontado pelo prof. Samuel é o desenvolvimento rural. Afirma que o Plano Diretor não deve ser um obstáculo para atividades que podem crescer renda da população.

Prof. Samuel fala sobre o quinto tema que é a questão do meio ambiente, que trata das áreas de preservação, das demandas de áreas de lazer, das áreas de prática de esporte, que apareceram nas oficinas.

Sobre o sexto tema, que é sobre zoneamento e uso do solo, o prof. Samuel afirma que serão apresentadas apenas na versão consolidada, já que é uma fase mais detalhada. Prof. Samuel explica então que o que será apresentado na oficina são as propostas para os demais cinco temas.

Prof. Samuel explica que a dinâmica da apresentação é definida sem divisão de blocos e será apresentado todo o conteúdo ao qual pode-se ir discutindo junto a apresentação de acordo com a quantidade de pessoas presentes.

Segunda Parte – Bloco 01: Princípios do PDP, Centralidades e equipamentos e Planejamento da expansão urbana

Prof. Samuel passa a apresentar a questão dos princípios, e que são a “razão de ser” das leis, que é o primeiro capítulo da lei do Plano Diretor. Afirma que o princípio é sempre aquilo que é preciso recorrer como valor básico da legislação quando é preciso fazer algum ajuste ou complementação. Afirma que foram sugeridos seis princípios.



Prof. Samuel apresenta o primeiro princípio, o qual é a essência de Angelina, sendo a permanência e qualificação na vida do campo e das comunidades rurais, que deve ser a base para organização do território. Fala dos demais princípios, sendo o segundo a equidade territorial, que é a justa distribuição dos serviços e equipamentos, ao qual Prof. Samuel comenta sobre a falta de recurso financeiro da prefeitura. Prof. Samuel mostra o terceiro, que é o equilíbrio socioambiental, que significa compatibilizar ocupação e a demanda com um território delicado, identificando as fragilidades ambientais. Fala então do quarto, que é a racionalização e otimização dos custos da urbanização, já que a prefeitura não tem recursos principalmente depois das enchentes de dezembro. Exemplifica com o caso de Barra Clara, em que foi discutido na oficina ocorrida no dia anterior sobre a localização da escola, sendo que foi sugerido um terreno longe, fora do perímetro urbano, sendo que é importante que fique mais próximo à centralidade para facilitar a dinâmica de levar as crianças para a escola. Afirma que a escolha de onde colocar o equipamento deve ser feita com cuidado, principalmente em Angelina que os custos de um erro na localização podem ser muito altos. Prof. Samuel afirma que o sexto é sobre a função social da cidade e da propriedade, e afirma que a pessoa que é proprietária tem o seu direito, mas por outro lado o terreno tem também uma função social, e exemplifica com Florianópolis, já que em Angelina não ocorre muito, como o caso de proprietários reterem terrenos em áreas super valorizadas para depois de quase dez anos começarem a vender, e explica que o problema é que a cidade já tem toda infraestrutura de iluminação e transporte e o terreno não está tendo uso adequado a esses custos públicos.

Sr. Raulino comenta que pensa que essa situação deveria ser taxadas.

Prof. Samuel comenta que existem instrumentos para isso, mas que não é a realidade de Angelina. Prof. Samuel apresenta então o sexto, que é a gestão democrática da cidade. Sobre a gestão democrática Prof. Samuel afirma que é o que o conselho faz ou o papel das oficinas como exemplo, que são instâncias de participação. Prof. Samuel afirma que se não houvesse a participação o Plano Diretor poderia estar pronto em três meses, mas que assim a população não se veria reconhecida.

Sr. Adnei afirma que Florianópolis aprovou esta semana o Plano Diretor.

Prof. Samuel afirma que Florianópolis já está há catorze anos na discussão do Plano Diretor.



Prof. Samuel finaliza os princípios questionando os participantes se eles aprovam, se é esta linha que deve ser seguida.

Os participantes concordam com os princípios.

Sobre o tema da centralidade dos equipamentos, prof. Samuel mostra uma imagem com uma ilustração sobre a proposta de sistema de centros de cidadania. Prof. Samuel afirma que o Plano Diretor pode tentar ajudar a incentivar as centralidades, que seriam os centros de cidadania, com a concentração dos principais equipamentos nas localidades.

Prof. Samuel mostra um mapa com o que foi identificado em relação às centralidades atuais de Angelina. Mostra como a partir dessas centralidades, que são Centro, Garcia e Barra Clara, traçando raios de três e cinco quilômetros em cada uma das localidades, elas abrangem grande parte do território. Afirma que o problema encontrado foi em localidades com bastante distância das centralidades, como o Rio Novo que não é atingido pelos raios das demais centralidades. Afirma que, com base nessa leitura, o Rio Novo tem condições de também ter características de centralidade, com equipamentos que deem suporte à população, sendo caminho para muitas comunidades e também tentando evitar evasão dessa população.

Prof. Samuel mostra um mapa com a concentração dos equipamentos na área central e em Barra Clara. Prof. Samuel mostra o caso do Garcia, que tem uma configuração “comprida”, e que a centralidade fica longe de parte da população. Mostra o mapa do Rio Novo que já tem alguns equipamentos com de educação, saúde, lazer, e que a ideia é que vá se consolidando como nova centralidade.

Prof. Samuel fala que uma reclamação muito grande é com relação ao transporte público, que não é possível obrigar uma empresa a se instalar em Angelina pela questão de custos, mas que foi possível identificar que pelas rotas das centralidades será possível traçar rotas prioritárias para transporte coletivo. Afirma que com duas linhas estruturantes consegue-se abranger boa parte do território.

Prof. Samuel mostra o que levantamento sobre o que já existe de equipamentos em cada uma das centralidades e o que ainda falta. Mostra que no caso de Barra Clara a escola indicada já não existe pois pegou fogo, que está acontecendo no centro administrativo, e que tem comércio e igreja e que o que falta é área de lazer como um parque linear. Afirma que a ideia é que o plano possa criar incentivos para que as



centralidades sejam consolidadas, que vai depender da iniciativa das pessoas e que o Plano não pode criar dificuldades.

Prof. Samuel passa a apresentar o tema da expansão do perímetro urbano. Pergunta se os presentes estão conseguindo acompanhar a apresentação, que afirmam que estão. Prof. Samuel afirma que Angelina está perdendo população, que não tem demanda de crescimento. Prof. Samuel afirma que é diferente da demanda de Palhoça, São Pedro da Imperatriz e Antônio Carlos, que cresceram a população entre cinquenta e setenta por cento em dez anos. Afirma que o problema da expansão do perímetro urbano em Angelina são as áreas de risco. Prof. Samuel afirma que a sugestão é a alteração em alguns perímetros, mas que não pode ser nem muito largo para não dispersar a população e nem estreito demais que tenha pouco efeito.

Prof. Samuel mostra as sugestões de ampliação ou mudanças nos perímetros urbanos. Mostra o caso de Garcia, que tem Coqueiros, e que o sr. Raulino já comentou durante a reunião que cresceu muito, e que já tem características urbanas, como asfalto, loteamento, iluminação, com quase sessenta famílias morando, e que poderão assim contribuir com IPTU. Prof. Samuel afirma que a proposta é reconhecer já Coqueiros como um novo perímetro urbano para que essas pessoas não tenham dificuldades como o pedido de ligação de energia elétrica para a CELESC.

Sr. Raulino afirma que como terão que pagar IPTU pode ser que a população de Coqueiros não queira que seja transformado em perímetro urbano e que o certo seria pagar e fazer festa.

Sr. Adnei afirma que depende da maioria decidir.

Prof. Samuel explica que é uma questão que deverá ser discutida em conselho, que tecnicamente a sugestão da equipe é que seja um perímetro urbano. Afirma que é uma questão política, de convencimento também da população e que há valorização de três a quatro vezes se for perímetro urbano.

Prof. Samuel afirma que no Garcia há muita restrição ambiental e que foi sugerida uma área onde há uma área com menores riscos, que é a Linha dos Chaves, assim como no Centro. Em Barra Clara, prof. Samuel afirma que em Barra Clara não haverá expansão da área urbana por ter áreas possíveis a expansão da área já demarcada e que a população da oficina do dia nove aprovou.



Sr. Raulino questiona se é possível urbanizar parcialmente a terra das pessoas, já que algumas têm lotes parcialmente dentro do perímetro urbano.

Prof. Samuel responde que sim

Sr. Raulino exemplifica se a pessoa tiver uma área no morro que não quer urbanizar.

Prof. Samuel explica que se for um loteamento a pessoa pode abrir uma via e ter quatro ou cinco lotes para vender e manter o restante da estrutura original ou se for em uma via existente pode fazer apenas um desmembramento. Afirma que não adianta obrigar a fazer cento e cinquenta lotes sendo que há locais com duas ou três casas construídas.

Sr. Dauri afirma que o mínimo do lote atualmente é trezentos e sessenta, mas que não há máximo.

Rauli afirma que o que está se referindo é o caso da área ser muito grande e o lote ficar muito grande e o IPTU ficar muito alto.

Sr. Adnei afirma que acha que o valor é calculado em cima do valor do imóvel.

Prof. Samuel afirma que é possível criar algumas relações vinculadas à dimensão do lote. Afirma que para alguns locais, como Florianópolis, é ruim ter um lote muito grande na área urbana, e que alguns instrumentos podem existir para obrigar a pessoa a parcelar, o que numa área como Barra Clara não faz sentido. Prof. Samuel afirma que não há demanda para urbanização em Barra Clara. Afirma que a proposta é criar um novo perímetro urbano em Rio Novo.

Prof. Samuel mostra o caso de novas construções ou ruas no Centro, e que não houve quase nenhuma alteração, considerando as contagens feitas por imagens de satélite em 2007, 2014 e 2021. Prof. Samuel afirma que as áreas hoje propostas como ampliação do perímetro urbano no centro não são propícias pelas condições dos riscos de movimentos de massa. Prof. Samuel mostra a proposta para o novo perímetro urbano do centro, e que abrange uma área com menor suscetibilidade a deslizamentos, mas que ainda assim não fogem do risco de inundação. Afirma que a área proposta para ampliação do perímetro urbano é de médio e de alto risco a inundação, e afirma que é mais fácil ter soluções técnicas nesse tipo de área. Prof. Samuel demonstra a sugestão da ampliação do perímetro urbano para a região norte



do Centro. Prof. Samuel afirma que não adianta ocupar toda a área plana disponível por causa dos custos de urbanização.

Prof. Samuel então pergunta aos presentes se eles têm ideia de quanto custa um hectare de urbanização, para colocar pavimentação, instalação de água, esgoto, iluminação, entre outros.

Sr. Raulino afirma que o custo é de aproximadamente 35% do valor do lote.

Prof. Samuel afirma que calcula em torno de novecentos mil reais por hectare para urbanização. Prof. Samuel exemplifica com as áreas demarcadas no mapa apresentado, e afirma que se for considerar a área em questão, de quarenta e cinco hectares multiplicada por oitocentos ou novecentos mil, o resultado é de dezesseis milhões de investimento para urbanização.

Sr. Raulino pergunta se o responsável pelos custos do loteamento não são por conta do proprietário.

Prof. Samuel afirma que parte dos custos é do proprietário mas que parte é da prefeitura e que depende do que o Plano Diretor vai exigir em relação ao parcelamento do solo. Afirma que este é custo de urbanização, independente de quem irá bancar, a Prefeitura ou o proprietário ou ambos. Prof. Samuel afirma que no caso de loteamentos com característica de interesse social a Prefeitura arca com a maior parte dos custos.

Sr. Raulino afirma que é preciso fazer conforme a demanda.

Prof. Samuel mostra no mapa a principal rodovia do município e afirma que hoje há uma dependência em relação a ela. Afirma que há a tendência de pavimentação do acesso pela rodovia pelo município de Major Gercino que talvez intensifique o fluxo urbano naquela área. Prof. Samuel demonstra uma proposta de que os novos loteamentos tenham uma relação com a infraestrutura existente, que possam incorporar diretrizes urbanísticas que sejam feitas para qualificar as áreas, principalmente nessa área da rodovia. Afirma que é importante a Prefeitura ter esse controle.

Sr. Raulino afirma que o loteador quer sempre colocar área pública onde não tem valor, e que isso não acontece mais porque ela precisa ser utilizável. Sr. Raulino



comenta sobre a importância da implantação de áreas de lazer ou de usos para as áreas de APP onde as pessoas possam utilizar.

Prof. Samuel afirma que a área de preservação pode ser apenas um banhado no rio ou pode ser uma área no projeto que as pessoas possam utilizar, apenas com iluminação e calçada.

Sr. Raulino afirma que se pegasse toda a área demonstrada no slide como exemplo não precisaria nem calçamento, apenas uma área de caminhada.

Prof. Samuel afirma que a área com maior qualidade hoje é a área da praça central, que é onde há um tecido urbano mesmo com a rodovia, e que é preciso evitar a ocupação linear ao longo da rodovia pois é problemática. Afirma também que serão necessários ajustes nos desenhos dos perímetros urbanos do Centro para incorporarem algumas casas que estão próximas e topografias.

Prof. Samuel trata então do Garcia, que também tem a característica de ocupação linear. Prof. Samuel mostra que no Garcia também não houve crescimento que justifique ampliação do perímetro urbano, pois quase não houve novas construções nos últimos anos. Prof. Samuel mostra que o crescimento do Garcia está ocorrendo em outras áreas, como Coqueiros. Prof. Samuel mostra o mapa com algumas áreas adequadas à ocupação, que é o caso do Coqueiros, e que podem ser abrangidos no perímetro urbano. Prof. Samuel afirma que foi sugerido o reconhecimento do perímetro urbano de Coqueiros e a uma área de expansão no Garcia.

Prof. Samuel fala que em Barra Clara também não houve muitas alterações ao longo dos últimos anos mas que há áreas propícias à ocupação, mas que a população deseja qualificar o que já existe.

Prof. Samuel mostra a realidade do Rio Novo, que pelas características da ocupação pode ser considerada também como um novo perímetro urbano, e que isso deverá ser discutido com a população que pode ou não aceitar.

Sr. Raulino comenta sobre a expansão que aconteceu em Rio Novo é provável ser fruto de crescimento familiar.

Terceira Parte – Bloco 02: Regularização fundiária, Desenvolvimento rural e Meio ambiente e áreas



Prof. Samuel afirma que em relação à regularização fundiária foi separado o que é interessante reconhecer do ponto de vista urbanístico. Fala sobre as possibilidades de regulação em relação às leis existentes, que são os parcelamentos que possuem características urbanas mas estão situados fora dos perímetros urbanos, parcelamentos com características urbanas em APPs mediante estudo ambiental e parcelamentos situados dentro do perímetro urbano que necessitam de aprovação, como loteamentos ou desmembramentos irregulares.

Prof. Samuel mostra também as tipologias não regularizáveis, que são os parcelamentos que não têm características urbanísticas, situados fora do perímetro urbano, com parcelamento menor que o módulo fiscal e a divisão de glebas maiores e glebas menores, no caso da área rural, sem acesso entre elas e sem construções.

Prof. Samuel exemplifica o caso de lotes que não tem acesso por via pública e que estão com solicitação de regularização.

Prof. Samuel mostra a sugestão para Coqueiros, que está fora do perímetro urbano mas que possui características urbanas. Prof. Samuel mostra a situação da Linha do Chaves, que possui em torno de 25 solicitações de regularização fundiária que não foram aceitas pelo cartório por não estarem de acordo com a lei. Prof. Samuel mostra que na Linha dos Chaves é possível que a ampliação do perímetro urbano atinja esta localidade.

Prof. Samuel mostra outra área com demandas de regularização no centro, que é possível atingir também com mudança no perímetro urbano, pois está de acordo com as características necessárias.

Prof. Samuel, apresenta o caso da quarta linha que está com solicitação de regularização que estão fora do município.

Prof. Samuel afirma que a regularização em Angelina é uma situação delicada, que alguns lotes possuem mais de três hectares, e que deve ser discutida pelo Conselho.

Prof. Samuel mostra o caso do Garcia, em área a cerca de dois quilômetros do Centro, que também possui solicitações de regularização de lotes, a maioria ainda não ocupada, e que isso não está previsto na lei para regularização.

Sr. Adnei afirma que o nome da localidade é Chico Dias.



Prof. Samuel afirma que seria arriscado para o município delimitar ou regularizar todos os núcleos espalhados por Angelina que têm solicitação de regularização com apenas quatro ou cinco moradias. Afirma que abriria a possibilidade de proliferar esse tipo de pequenos loteamentos em várias localidades e que as pessoas iriam requerer Reurb e que seria complicado para a Prefeitura delimitar o perímetro urbano de todos ou levar infraestrutura para todos.

Sr. Raulino afirma que se ainda tivessem quarenta ou cinquenta casas, mas que são muito pequenos e que não vale a pena para a Prefeitura.

Sr. Samuel afirma que este é o caso de Coqueiros.

Sr. Dauri afirma que logo abaixo de uma das áreas demonstradas há uma área em que o deslizamento atingiu por completo uma residência e que hoje é uma área que não se constrói nada.

Prof. Samuel afirma que em quase todas as macrozonas tem muito dessas características e por isso não justifica permitir que aconteça em uma área e não acontecer nas outras e que o Plano Diretor tem que ser justo nesse sentido. Prof. Samuel afirma que é interessante para o Conselho encaminhar questões sobre o tema para evitar algumas situações.

Sr. Raulino afirma que é “comprar briga”.

Sr. Adnei afirma que em Angelina “tudo é pessoal”.

Sr. Raulino afirma que é preciso “fechar os olhos para isso” e levar em conta que não será possível resolver questões pessoais e quem tem a responsabilidade sobre isso é que vai ter que tomar uma decisão.

Prof. Samuel afirma que o planejamento é um pouco disso, enfrentar questões pessoais para atingir propostas que funcionem bem para a maioria. Prof. Samuel mostra então as áreas de interesse social existentes no Plano Diretor vigente, que são reservas para habitação social, e que apenas uma das três áreas estão ocupadas hoje. Prof. Samuel afirma que a característica das áreas destinadas à construção de habitação social em Angelina não ocorreram em área urbana e sim de casas em área rural, pelo PNHR. Prof. Samuel afirma que acredita que manter essas duas áreas seja positivo, mas sugere que os novos loteamentos que sejam construídos destinem cinco por cento das áreas para habitação de área popular popular. Prof. Samuel afirma que



as áreas demarcadas atualmente estão em áreas privadas e que a Prefeitura não teria condições de desapropriar. Prof. Samuel afirma que se os novos loteamentos forem obrigados a destinar uma parcela para esse fim, a Prefeitura não precisaria pagar por elas.

Prof. Samuel pergunta aos presentes se estão de acordo com as informações apresentadas sobre a regularização fundiária.

Sr. Raulino pergunta se das três áreas sobrariam duas, e afirma que teria área para quarenta anos.

Prof. Samuel afirma que cada uma delas tem aproximadamente três mil metros quadrados, que são áreas grandes, e que nos últimos catorze anos o que foi construído não chegou a abranger essas áreas.

Sr. Raulino afirma então que daria para sessenta anos.

Prof. Samuel afirma então que o Plano Diretor será revisto novamente daqui a dez anos, e se houver demanda é ajustado.

Prof. Samuel passa então para o quinto tema que é o desenvolvimento rural, que não será possível desenvolver toda a área rural, mas que o Plano deve abordar. Prof. Samuel mostra a questão dos condomínios rurais, que é uma questão que está acontecendo em vários municípios, como Rancho Queimado, que é uma lógica que acontece principalmente nas regiões metropolitanas em que as pessoas querem ter uma segunda casa. Afirma que ainda não é uma questão tão presente em Angelina, mas que é interessante prever no Plano onde irá acontecer.

Sr. Dauri afirma que existe solicitação em Angelina.

Prof. Samuel afirma que a equipe não é contra nem a favor, mas que é preciso estabelecer onde e quais critérios devem ser seguidos. Mostra como exemplo as leis que municípios criaram para abordar o assunto. Afirma que Rancho Queimado não apenas criou legislação específica mas criou também incentivos fiscais, e que é um público que tem condições financeiras. Prof. Samuel afirma que o público dos condomínios rurais não é o mesmo da demanda habitacional, e que tem recurso para a infraestrutura.



Sr. Raulino comenta sobre o benefício dos condomínios rurais que traz movimentação de pessoas e aumentam o consumo dos comércios locais, e que em alguns fins de semana, no caso de Rancho Queimado, a população dobra.

Sr. Adnei afirma que tem filas nos fins de semana, inclusive nos supermercados.

Prof. Samuel afirma que é possível colocar regras, que é responsabilidade do condomínio construir encanamentos, iluminação, o que for necessário enquanto infraestrutura, mas que a população que irá morar depende de outras infraestruturas ou equipamentos, como padarias, comércios, estradas. Prof. Samuel atenta para a localização dos condomínios rurais, que não podem ser implantados nas áreas urbanas para não demandar expansão e nem muito distantes pois dependem das centralidades.

Prof. Samuel demonstra as diretrizes propostas para abordar os condomínios rurais em Angelina. Afirma que deve haver o cuidado de não gerar uma valorização da terra a ponto de expulsar a população que vive no local. Sugere que as áreas estejam em áreas de pouca produção agrícola e com certa proximidade das áreas urbanas existentes. Outro critério sugerido pelo prof. Samuel é que os condomínios tenham certa proximidade das áreas urbanas existentes. Afirma que não adianta prever condomínios muito longe, como no Rio Fortuna, onde há poucas vias pavimentadas e a população terá que chegar até lá.

Sr. Raulino afirma que hoje não há condições do comércio para atender condomínios rurais tão longe. Afirma que há outras localizações, como a Linha dos Chaves ou Betânia, que a situação é mais favorável.

Prof. Samuel descreve outra condicionante para a implantação dos condomínios, que é a proximidade com vias estruturantes e se houver melhoria da via servirá tanto para os moradores do condomínio quanto para a população em geral. Prof. Samuel afirma que outros critérios são a área não ter condicionantes ambientais, limitar o número de moradias para ter condomínios de menor porte de impacto controlado, exigir também que a fração ideal seja relativamente grande para não caracterizar como loteamento, exigir contrapartida ao município, como doação de uma área pública,

Sr. Raulino afirma que o que muitos municípios fazem é exigir que dentro da metragem mínima do condomínio, de dois mil metros, se mantenha uma área verde comuns de preservação e com característica rural.



Prof. Samuel mostra então a proposta de delimitação das possíveis áreas permissíveis para condomínio rural. Afirma que foram localizadas algumas próximas ao Centro, por ter vias estruturantes e onde há poucas áreas de risco. Afirma que a equipe irá avaliar a possibilidade de localizar também áreas no Alto Garcia.

Sr. Adnei afirma que é mais perto do Centro do que Betânia e já tem sítiantes no Alto Garcia.

Sr. Raulino afirma também que há acesso ao Alto Garcia por Rancho Queimado.

A sra. Juliana, membro da equipe técnica, pergunta como é feito o acesso por Rancho Queimado ao Alto Garcia.

Sr. Raulino afirma que faz parte da comunidade em Rancho Queimado e sempre acessa pelo Alto Garcia.

Prof. Samuel afirma que a equipe irá avaliar a possibilidade de demarcar novas áreas para condomínios rurais também no Alto Garcia e que, pelos mapas, é possível visualizar que a topografia não é tão problemática.

O sr. Adnei afirma que existem quatro acessos ao Alto Garcia.

Sra. Juliana afirma que vê muitos anúncios sobre pousadas, locações de quartos, e questiona os participantes se existem esses padrões de locação temporária também no Alto Garcia.

Sr. Adnei afirma que existem pousadas e algumas grandes, citando o nome de algumas no Centro.

Sra. Juliana pergunta se existe alguma no Alto Garcia.

O Sr. Adnei afirma que em Alto Garcia não existe, mas que existe próximo, como no Rio Pequeno.

Sr. Raulino afirma que existem opção de locação de sítios para o fim de semana no Alto Garcia por sites de aluguel, como AirBnb.

Prof. Samuel pergunta se há problemas nisso para a comunidade.

Sra. Rosimary afirma que não, pois há uma boa distância entre esses estabelecimentos. Afirma também que há pessoas do Rio Pequeno que vieram morar na praça e estão alugando a casa no sítio. Afirma que depende da quantidade de



peessoas, que há opções próximas ao Alto Garcia que às vezes alugam para bastantes pessoas.

Prof. Samuel afirma que os serviços comunitários de apoio à área rural, pelo Decreto 62504, têm condição de serem regularizados, como centros culturais, usos de recreio, etc, pois são uma forma de ser renda principal ou como complemento de renda.

Sr. Raulino afirma que acha que o médico que aluga para fim de semana ganha mais do que a renda do médico, cerca de três mil reais por dia de aluguel.

Sr. Adnei falou sobre o padrão da locação, sendo que os banheiros tem hidromassagem, toalhas, quadra de tênis.

Sra. Rosimeri falou que são três ou mais pessoas para limpar a casa durante um dia inteiro ou mais.

Sr. Raulino afirma que com isso já está oferecendo emprego.

Sr. Michael afirma que é uma atividade que está crescendo muito em Angelina, está sendo bastante especulada, sendo que no Centro está abrindo uma pousada com oito cabanas.

Prof. Samuel afirma que a questão das pousadas, cabanas, chalés é uma questão interessante para se pensar no Plano Diretor.

Sr. Adnei afirma que o pessoal está construindo sítios para alugar.

Sra. Rosimeri deu um exemplo de pousada que construiu inclusive a estrada de acesso, em local isolado na área rural.

Sr. Raulino afirma que às vezes as pessoas das cidades grandes estão estressadas e querem um local mais isolado de descanso.

Sr. Raulino afirma que há vinte anos, quando apenas a esposa morava em Angelina, afirmou que quando se aposentasse iria morar em Angelina, o que de fato ocorreu.

Prof. Samuel passa a apresentar então o último tema que é sobre a legislação ambiental e áreas verdes. Prof. Samuel afirma que uma constância que apareceu nas reuniões e oficinas é a reclamação da população de que quer construir na beira do rio mas não pode. Afirma que, em primeiro lugar, o Plano segue a legislação federal, e é preciso seguir o Código Florestal, mas que nas áreas urbanas consolidadas é possível



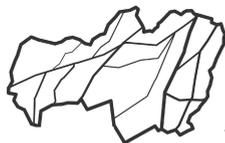
haver flexibilização mediante estudo de impacto ambiental. Prof. Samuel lê os critérios segundo a Lei Federal número 14.285 sobre os critérios que são: estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo Plano Diretor, dispor de sistema viário implantado, estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados, apresentar uso predominantemente urbano, e dispor de no mínimo dois equipamentos de infraestrutura urbana.

Prof. Samuel afirma que o papel do Plano Diretor será ajudar a identificar as áreas dentro do perímetro urbano que têm características de áreas urbanas consolidadas.

Prof. Samuel apresenta o exemplo das áreas consolidadas da região do Centro e comenta sobre a necessidade de ter estudos ambientais dessas áreas. Afirma que as manchas apresentadas ainda não estão precisas, são apenas indicações. Afirma que não é porque é perímetro urbano que é uma área urbana consolidada, demonstrando um exemplo no Centro. Mostra então aquelas que possuem características segundo a legislação, demarcadas em mapa apresentado. Prof. Samuel afirma então que a ideia é que a Prefeitura depois desenvolva o estudo socioambiental, e chama o Sr. Michael para confirmar.

O sr. Michael afirma que a expectativa era fazer o estudo socioambiental paralelo ao Plano Diretor, mas que com o plano diretor será feito um estudo socioambiental que irá verificar as possibilidades de flexibilidade em relação às áreas consolidadas onde há riscos em relação a inundações ou deslizamentos. Afirmou que serão encaminhados juntos para aprovação e que o estudo socioambiental vai respaldar as solicitações das áreas das alterações das margens de rios, que foram aprovadas em dois mil e vinte e um. Sr. Michael afirma que para margem de rio é exigido cinco metros, mas que em Rancho Queimado toda área urbana consolidada está a menos de cinco metros do rio, porque a prefeita, mesmo com processos, assumiu a responsabilidade, mas que em muitas das áreas há previsão de que irão alagar. Sr. Michael afirma que isso volta para a Prefeitura depois como um transtorno, pois se a Prefeitura liberar e ocorrer algum evento, o proprietário pode entrar com um processo. Afirma que a Prefeitura precisa ter cuidado com o que aprovar, mesmo gerando receita, ISS, pode no futuro dar problema. Sr. Michael reforça então que é o estudo socioambiental que vai dizer qual a margem para cada situação.

Prof. Samuel afirma que o estudo vai desde a questão compositiva do solo, se é suscetível a deslizamentos, e que o estudo pode inclusive aumentar a distância das



margens. Prof. Samuel afirma que a alteração deve ser feita com responsabilidade, por isso o estudo socioambiental. O Plano Diretor não irá indicar as alterações.

Sr. Raulino afirma que no caso de Rancho Queimado, na área central, não é inteira construída.

Sr. Michael afirma que ainda existem situações lá que podem dar problema.

Sr. Raulino afirma que Rancho Queimado tem uma particularidade com o rio, que não nasce longe do centro, então não abrange tanta área.

Prof. Samuel afirma que cada rio tem sua característica, e com a impermeabilização altera a característica natural do rio, aumentando a demanda de vazão. Afirma que o Plano Diretor não vai fazer alterações nessas áreas, mas indicar as situações.

Com relação às áreas verdes, Prof. Samuel mostra quais são as demarcações atuais de áreas verdes no Plano vigente. Prof. Samuel demonstra a sugestão de verificar nas áreas demarcadas como centralidades áreas possíveis de lazer que envolvam as áreas verdes ou rios existentes. Afirma que cada loteador pode demarcar áreas que façam a ligação com áreas existentes para consolidar um parque linear ao longo dos cursos d'água nas áreas urbanas, mostrando como seria no caso do Centro. Mostra alguns exemplos de parques que podem estar localizados ao longo dessas áreas. Prof. Samuel mostra o caso de Garcia, que também tem a característica linear ao longo do rio em relação à ocupação, e que também tem essa possibilidade de parque. Afirmou também que em Barra Clara e Rio Novo é a mesma situação, e que em Barra Clara os proprietários perceberam que valorizaria os empreendimentos.

Sr. Adnei fala que a ideia da escola em Barra Clara é ao lado do local onde existe um campo de futebol onde está demarcado uma área verde.

Sr. Michael fala que há interesse dos proprietários também na construção de escola em Barra Clara, que fizeram doações de áreas. Afirma que é quase impossível por questões de recursos que a Prefeitura consiga adquirir um terreno acima de quinhentos metros quadrados. Afirma que há chance de crescimento em Barra Clara.

Prof. Samuel afirma que a doação do terreno é uma estratégia para Barra Clara crescer.

Sr Michael afirma que a grande maioria dos terrenos de Barra Clara foram de doação. Afirma também que Barra Clara perdeu população.



Prof. Samuel mostra outra possibilidade de parque que tem relação com a barragem. Afirma que em quase todas as oficinas a população demarcou a barragem como um dos elementos do território, não apenas a barragem, mas a relação com a água.

Sr. Raulino pergunta se é possível incentivar o esporte aquático.

Sr. Adnei afirma que já houve iniciativas a respeito em 2004 com campeonatos internacionais também.

Prof. Samuel afirma que esse tipo de estrutura valoriza as propriedades vizinhas.

Prof. Samuel encerra a apresentação das diretrizes e que se houver acordo sobre elas o detalhamento do Plano é mais produtivo. E questiona se está adequado o que foi trazido na apresentação e todos concordam.

Sr. Raulino afirma que no decorrer do processo pode ser que surja alguma questão.

Sr. Adnei afirma que depois será colocado à disposição para consulta pública.

O Sr. Raulino afirma que de uma forma geral está muito próximo à realidade.

Prof. Samuel afirma que tudo estará disponibilizado no site a apresentação e os documentos que são os três produtos. Apresenta o link e o QR-Code para acessar um formulário de manifestação da segunda rodada de oficina territorial que tratou das diretrizes. Afirma que será dada continuidade às oficinas, sendo que a seguinte é no Centro, para aí dar continuidade à versão consolidada do plano. Afirma que terão mais dois momentos de discussão e controle, sendo uma a Consulta Pública, em que o Plano é disponibilizado completo, e a Conferência Municipal. Afirma que transformar as diretrizes urbanísticas em um documento jurídico é uma tarefa complicada, pois uma palavra muda todo o significado da lei. Afirma que não haverá mais nenhuma oficina no Alto Garcia, mas que toda a população será convidada para as audiências no Centro, pois quanto mais gente tiver, mais difícil será as pessoas questionarem depois.

Encerramento

Prof. Samuel pergunta se há algum comentário extra e se convida para uma foto com todos os presentes.

Prof. Samuel encerra a oficina às 20h45.



Lista de Presença Oficina Territorial de Garcia

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Dauri Exterkoether	Centro	CDTA
2	Rosimeri Bruch Knaul	Alto Garcia	-
3	Raulino Pflieger	Alto Garcia	-

Equipe Técnica da UFSC presente na Oficina Territorial de Garcia

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Oficina
2	Juliana de Godoy	Redação da Ata
3	Marluci Lenhard	Apoio
4	Mariana Panzera	Apoio
5	Nadine Saleh	Apoio